



Conselho Nacional de  
Educação

## Relato da 108ª Reunião do Plenário<sup>1</sup>

No dia 7 de Dezembro de 2011, realizou-se no Conselho Nacional de Educação (CNE) a centésima oitava Reunião Plenária, tendo sido adotada a seguinte ordem de trabalhos: 1- Aprovação dos relatos das 106ª e 107ª reuniões plenárias; 2- Informações; 3- Apreciação do projeto de Recomendação sobre Educação para a Literacia Mediática; 4- Apreciação do projeto de Recomendação sobre Educação para a Cidadania; 5- Apreciação do Plano de Atividades para 2012; 6- Debate sobre “Efeitos da crise na Educação – possíveis respostas para o futuro”.

A Presidente deu início à reunião cumprimentando as conselheiras empossadas, Maria José Rau, membro cooptado pelo CNE, e Clara Lourenço, em representação das Organizações Não Governamentais de Mulheres. Pôs à consideração a alteração da OT, com troca entre os pontos 3 e 4, o que foi aceite, e colocou à votação os relatos das 106ª e 107ª sessões plenárias, que foram aprovados com uma alteração no primeiro: na p. 4, 2º §, 5ª linha, onde se lê “dois projetos de lei”, deve ler-se “três projetos de lei”.

No ponto 2 da OT – **Informações**, a Presidente informou que o relatório “Estado da Educação 2011” estará disponível no dia 21 de Dezembro, data a partir da qual será feita a sua divulgação na comunicação social, aguardando-se agendamento para a sua apresentação na Comissão de Educação da Assembleia da República. Sugeriu também que os conselheiros organizassem sessões de divulgação do Relatório nas organizações que representam. Mais informou que teve lugar no CNE, no passado mês de setembro, a Conferência Anual da EUNEC, subordinada ao tema “New skills for new jobs”, e um seminário sobre “Associações de instituições de ensino superior em Portugal: políticas e práticas”, que contou com a participação do Secretário de Estado do Ensino Superior. No âmbito do acompanhamento do processo de avaliação externa das escolas, o Inspetor-Geral da Educação veio à 1ª Comissão do CNE apresentar os referenciais para o novo ciclo do processo de avaliação, que teve em conta os contributos dados pelo Conselho na sua Recomendação nº 1/2011.

Passou-se, de seguida, ao **ponto 4 da OT – apreciação do projeto de Recomendação sobre Educação para a Cidadania**. O conselheiro relator Almerindo Janela Afonso fez o enquadramento teórico do conceito de cidadania e da sua aplicação no contexto escolar, em

---

<sup>1</sup> A gravação integral da Reunião do Plenário encontra-se no Arquivo do CNE.

particular no que se refere à introdução da disciplina de Formação Cívica no 10º ano dos cursos científico-humanísticos. Aberto o debate, pronunciaram-se os conselheiros João Munoz, Maria José Rau, Paula Nobre de Deus, Paula Santos, António Covas, Carlos Chagas, Sérgio Niza, Ricardo Bouça Luíz e Zélia Nunes. Em geral, os conselheiros sugeriram que as recomendações fossem mais incisivas e claras nas suas propostas e que incluíssem dimensões tais como o desenvolvimento do espírito crítico, o respeito pela diversidade, o conhecimento do ordenamento do Estado e das instituições europeias, a formação dos professores, o funcionamento e organização das escolas e a participação dos pais. Na opinião da conselheira Paula Santos, seria necessário precisar a razão de ser desta Recomendação do CNE, uma vez que apenas é referida a existência de uma proposta curricular da autoria de um GT e que a Educação Cívica nas escolas se tem confrontado sempre com muitas dificuldades de implementação. Vários conselheiros consideraram importante incluir uma referência ao papel da Educação Cívica na clarificação dos valores e assumir a perspetiva do desenvolvimento sócio-moral no currículo da disciplina. O conselheiro relator Almerindo Janela Afonso esclareceu que o documento não se encontrava fechado e que irá incluir as sugestões apresentadas. A Presidente propôs que o texto revisto fosse enviado posteriormente aos conselheiros para aprovação na especialidade e colocou à votação o projeto de Recomendação que foi aprovado na generalidade com duas abstenções.

**No ponto 3 da OT – Apreciação do projeto de Recomendação sobre Educação para a Literacia Mediática,** a Presidente deu a palavra aos conselheiros relatores Maria Emília Brederode Santos e Jorge Marques da Silva para procederem à sua apresentação. Referiram o enquadramento do projeto de Recomendação nas iniciativas que o CNE tem desenvolvido no âmbito da Educação para os Media, designadamente a participação no grupo informal que organizou o Congresso Nacional sobre *Literacia, Media, Cidadania* que teve lugar em Março de 2011, na Universidade do Minho. A existência de novos problemas com a utilização das tecnologias, mas também as possibilidades de aprendizagem que os novos meios tecnológicos proporcionam devem ser discutidas nas escolas e acompanhadas pedagogicamente no sentido de promover a literacia mediática.

Aberto o debate, intervieram os conselheiros Vítor Dolores, António Covas, Maria José Rau, Nuno Vieira Matias, Zélia Nunes, Paula Santos, Clara Lourenço, Carlos Chagas, Ricardo Bouça Luíz, Arminda Bragança e Fernando Almeida. Os conselheiros consideraram oportuno o projeto de Recomendação com o qual manifestaram globalmente a sua concordância. Foi referida a necessidade de acompanhar a evolução tecnológica e aprender a fazer a sua correta utilização, para o que não basta apetrechar as escolas com computadores ou distribuí-los pelos alunos, como aconteceu com o computador Magalhães no 1º ciclo. Foi sugerido que as recomendações finais pudessem ser agregadas e mais claras na identificação dos seus destinatários. Os conselheiros relatores agradeceram os contributos recebidos que irão ser tidos em conta na redação final do documento. A Presidente colocou à votação o projeto de Recomendação que foi aprovado por unanimidade.

**No ponto 5 da OT – Apreciação do Plano de Atividades para 2012,** a Presidente esclareceu não se tratar da versão final do mesmo, uma vez que não foi ainda analisado em algumas das Comissões. A conselheira Maria José Rau sugeriu uma melhor articulação das

Comissões com a organização dos seminários a realizar; o conselheiro António Cunha manifestou o seu apreço pelas iniciativas previstas no âmbito do ensino superior; a conselheira Maria do Rosário Barros recomendou que o Plano de Atividades incluísse o acompanhamento dos riscos acrescidos para a educação em razão da crise económica.

**No ponto 6 da OT – Debate sobre os efeitos da crise na Educação – possíveis respostas para o futuro**, a Presidente deu a palavra ao conselheiro Fernando Almeida, representante do Conselho de Escolas, que apresentou os resultados de um inquérito feito às escolas sobre a situação. A região de Lisboa regista o maior agravamento das condições, mas no conjunto das escolas respondentes são referidos alguns dos seguintes problemas: 1) nem todos os alunos têm ainda os manuais escolares; 2) diminuição dos consumos no bar das escolas; 3) dificuldades de comparticipação nas visitas de estudo; 4) maior número de alunos a repetir as refeições; 5) mais pedidos de apoio por parte de pais não abrangidos pela ASE; 6) falta de verbas nas escolas para reparação de equipamentos; 7) aumento do número de pais desempregados e de emigrados; 8) maior instabilidade emocional dos alunos; 9) apresentação de pedidos extraordinários a serem abrangidos pelo escalão A da ASE; 10) pedidos de anulação de matrículas; 11) maior utilização da internet na escola. Embora sem rigor científico, os resultados deste inquérito dão alguma informação sobre os efeitos da crise no dia-a-dia das escolas.

O conselheiro António Cunha, representante do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, considerou que a crise apanhou as universidades no meio de um processo de crescimento e de consolidação de reformas (Processo de Bolonha, RJIES, estatuto da carreira docente...), e o seu primeiro impacto foi a redução financeira de 15% nas dotações orçamentais verificada nos dois últimos anos. Em consequência, a manutenção dos edifícios, os serviços de limpeza, a atualização em meios tecnológicos está comprometida, por um lado, e, por outro, tem efeitos graves na renovação do corpo docente, manifestos na redução de professores convidados e na impossibilidade de abertura de concursos para o preenchimento de lugares de professor associado e catedrático. Quanto à ASE, a situação é crítica, verifica-se que há menos alunos a receber bolsas de estudo o que levará ao aumento da taxa de abandono por parte dos que não conseguem pagar as propinas. Apesar de as instituições procurarem obter financiamentos próprios, a dificuldade de cobrar propinas, os contratos com empresas afetadas igualmente pela crise e a fraca tradição de mecenato, comprometem o futuro, pelo que as perspectivas que se apresentam são de uma tendência para a degradação da situação do ensino superior e a impossibilidade de alcançar a meta europeia de 40% de diplomados em 2020.

Situação idêntica verifica-se no ensino superior politécnico, a qual foi apresentada pelo conselheiro Vicente Ferreira. No ensino superior privado, o conselheiro Miguel Faria referiu o aumento de custos com que se confrontam as instituições por força da entrada em vigor do RJIES, designadamente com a acreditação e avaliação dos cursos e com as habilitações exigidas para os docentes. A redução de bolsas atribuídas a estudantes carenciados e dos seus montantes e a opção destes pelo ensino público tem levado a uma crescente quebra de receitas das instituições, cujos investimentos com a criação de unidades de investigação se tornam muito difíceis. Seria desejável que o CNE pudesse influenciar a revisão da Lei do Mecenato de modo a garantir a sustentabilidade do ensino superior privado.

A Presidente agradeceu as intervenções e a análise da situação feita pelos conselheiros, e irá colocar à consideração da Comissão Coordenadora do CNE as sugestões apresentadas.

Não havendo mais nada a tratar, a Presidente deu por encerrados os trabalhos desta reunião plenária.